

E PARALISA A ECONOMIA

A demora nas decisões faz os empresários retardarem investimentos e temer a recessão

O adiamento sistemático de decisões econômicas de cunho técnico voltadas para a correção dos desequilíbrios está levando os empresários a rever previsões, buscar a negociação de curto prazo com as autoridades, tentar entender a nova dinâmica oficial e preparar-se para a eventualidade de novos problemas, seja no âmbito fiscal, seja no controle de preços, seja na reversão do ritmo de atividade.

— O País vive o risco de uma recessão por desagregação do processo econômico. Poderá haver uma desconexão dos agentes econômicos em vista da disparidade de situações quanto a custos e insumos.

Os comentários são de um influente executivo, que já ocupou postos de relevo na Velha e na Nova República. Para reforçar sua apreensão, analisa dois exemplos recentes de comportamento na área privada e na área oficial.

Na quarta-feira à noite, uma reportagem levada ao ar pela TV Globo mostrava uma empresária que havia feito encomendas na Feit (Feira Nacional da Indústria Têxtil) sem acertar o preço com o vendedor. A confirmação da encomenda, naturalmente, dependeria de o preço ser compatível com o momento.

Em outro episódio, o governo anunciou uma nova tabela para os preços de doces. "Só que tabelar preço de doce, nem na China", ironizou o executivo, que esteve naquele país seis meses atrás.

O episódio dos doces, em sua opinião, mostra que as autoridades tentam avançar num modelo econômico que, evidentemente, está

fazendo água. No primeiro exemplo, os empresários começam a mudar profundamente de postura, até para aquisição de produtos têxteis.

— As necessidades econômicas — explica o alto executivo — são inconsistentes com o pano de fundo político. De fato, o problema não é de competência técnica, mas de rumo equivocado e da dependência em relação ao Executivo.

Empresas

O ajuste das empresas é extremamente variado. Os grandes clientes de um conglomerado têm exibido invejável vitalidade, e aceitam pagar juros de 14 ou 15% ao mês para girar seus negócios. Alguns ramos, porém, começam a sentir-se mais atingidos. Se os restaurantes elevam livremente seus preços, e o mesmo fazem outros segmentos de serviços, como o pequeno e o médio comércio, os supermercados e grandes lojas tem a repressão da Sunab verificada após o cruzado — e em alguns casos, antevêm prejuízos iminentes.

O setor de bancos admite os riscos de um tabelamento de juros, e teme que a capacidade de recuperação exibida após o cruzado leve o governo a uma nova e específica ofensiva fiscal. "Temo o tabelamento, porque o festival de erros tenderá a ser exaurido", declara o vice-presidente de uma organização bancária.

Bens de capital

O setor de bens de capital enfrenta um problema específico. Pelo decreto 2.290, os contratos por

menos de 12 meses têm preços fixos e irrevogáveis, o que os impede de concluir novas operações ou avançar contratos em curso.

Felizmente, explica Roberto Cayubi Vidigal, presidente da Abdi-Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base, "estamos prestes a uma correção". Ontem, o segmento recebeu a promessa de que sua situação será revista, retornando à situação anterior à do Plano Cruzado. Ou seja: como produz equipamentos sob encomenda, a fórmula de reajuste permite uma fiscalização permanente dos custos pelos compradores, muitas vezes empresas estatais. Isto é indispensável não só para que a indústria contrate mas para que permaneça tão viável como depois do ajuste a que se submeteu na recessão.

As variações de preço dos últimos meses já causavam forte apreensão, lembra Vidigal. "Mas a partir de dezembro, a situação tornou-se insustentável."

O elemento comum dos desabafos empresariais é o de que o governo deve optar por um relaxamento progressivo dos controles, "já que mesmo o CIP, com seus quarenta técnicos, não tem condições de definir preços numa economia complexa como a brasileira" — segundo o diretor de uma indústria de porte. "Optar pelo mercado, limitando ao mínimo os controles, é condição para evitar um agravamento da crise e restabelecer o abastecimento" — adverte. Para que, dentro de mais alguns meses, o Brasil não se arrisque a uma indesejável recessão por desorganização da produção. (F.P.J.)

Os empresários, preferindo os lucros do mercado financeiro.

Os empresários estão reduzindo seus investimentos de longo prazo devido à total incerteza em relação ao futuro do País — causada pelos previsíveis problemas políticos que virão com a Constituinte, pela falta de uma efetiva negociação da dívida externa e pela indefinição do quadro institucional. Essa é a principal conclusão a que chegou o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) sobre o desempenho das empresas brasileiras após o Plano Cruzado.

Um estudo elaborado pelo economista Domingos de Gouveia Rodrigues, revelou que as empresas privadas, que durante a década de 70 destinavam mais de 30% de suas aplicações para investimentos em ativos fixos, reduziram essa participação no início da década de 80

para menos de 20%, enquanto que as empresas estatais reduziram seu percentual de aplicação de mais 70% até 1983 para 32,2% em 1984 e chegaram em 45,2% em 1985.

"As grandes empresas industriais do País têm recursos para investir", assinala o estudo do IBMEC, acrescentando que "preferem, todavia, aplicar seus recursos em ativos mais líquidos e isso fica patente nas crescentes destinações de recursos para ativos circulantes que lhes têm permitido aumentar sobremaneira seus indicadores de liquidez".

Mais Lucro

Segundo o estudo do IBMEC, o processo de recuperação econômico-financeira das empresas privadas começou com o aumento da sua rentabilidade, que se inicia em

1984 com o fim da recessão do período 1981-83, crescente em 1984 e 1985 "e, ao contrário do que muitos empresários têm declarado, se acentua com o Plano Cruzado".

Os dados levantados pelo economista Domingos Rodrigues mostram que a relação lucro líquido/vendas (margem de lucro) passou de 6,4% em 1983 para 12,3% em 1985 e aumentou para 13,5% em setembro de 1986 no caso das empresas nacionais privadas. Em relação às empresas estrangeiras, aquela relação passou de 10% em 1983 para 17,9% em 1985 e subiu para 18,9% em setembro de 1986. Já a margem de lucro das empresas estatais, nos mesmos períodos passou de 7% para 14%, depois para 21,1% em junho de 1986, diminuindo para 19% em setembro do ano passado.